



Imprensa, Educação e Sociedade: Diálogos a partir da Perspectiva da Educação Popular

Gilson de Sousa Oliveira¹; Ricardo Resende Bersan²

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar as relações entre imprensa, educação e sociedade a partir da perspectiva de Educação Popular. Assim, esta discussão situa-se, em princípio, na reflexão sobre a constituição histórica da Educação Popular como programa político de educação inserido no campo das disputas sociais, para posteriormente pensar o lugar que os veículos de imprensa ocupam dentro dos processos de construção de modelos pedagógicos alternativos e novas formas de aprendizagens, podendo atuar como instrumento ideológico a serviço dos interesses e da formação política das classes populares. A metodologia aplicada neste trabalho é de revisão bibliográfica e abordagem qualitativa. A partir das análises de autores como Gramsci e Lênin, discute-se como os meios de comunicação se constituem forças ativas no interior das lutas sociais, que acontecem não apenas no campo econômico como também no político e cultural e refletem os processos educativos, em direção à construção do pensamento crítico que promova a ação organizada das massas com vistas a uma transformação estrutural da sociedade capitalista. Também serão ressaltadas algumas das contribuições de Paulo Freire, cruciais para se refletir um projeto de Educação Popular contra-hegemônico, dentro do qual a imprensa exerceria papel preponderante.

Palavras-chave: Educação Popular, Imprensa, Educação Política, Sociedade.

¹ Laboratório de Análises e Estudo da Educação Profissional - LABOR da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Educação (FACED/UFC 2018). Mestre em Educação Brasileira (FACED/UFC, 2012). MBA em Gestão Estratégica de Instituições de Ensino Superior (IES) pela Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ, 2015). E-mail: gilsongili2016@gmail.com

² Centro Universitário Unifaminas/MG. Universidad Interamericana - PY. Mestre em Direito (UCB/DF). Professor adjunto do Centro Universitário UNIFAMINAS- Muriaé/MG e Procurador Jurídico do Município de Muriaé. E-mail: rbersan@gmail.com.

Press, Education and Society: Dialogues from the Perspective of Popular Education

Abstract: The purpose of this article is to analyze the relationship between the press, education and society from the perspective of Popular Education. Thus, this discussion is located, at first, in the reflection on the historical constitution of Popular Education as a political education program inserted in the field of social disputes, to later think about the place that the press occupies within the processes of building alternative pedagogical models and new forms of learning, which can act as an ideological instrument at the service of the interests and political formation of the popular classes. The methodology applied in this work is a bibliographic review and a qualitative approach. Based on the analysis of authors such as Gramsci and Lenin, it is discussed how the media are active forces within social struggles, which happen not only in the economic field, but also in the political and cultural, and reflect the educational processes, in towards the construction of critical thinking that promotes the organized action of the masses with a view to a structural transformation of capitalist society. Some of Paulo Freire's contributions will also be highlighted, crucial for reflecting a project of Popular Education against hegemony, in which the press would play a leading role.

Keywords: Popular Education, Press, Political Education, Society.

Introdução

A relação entre imprensa e educação suscita inúmeros debates e várias possibilidades de pesquisa, como também de práticas pedagógicas, pois trata-se da articulação de dois campos instrumentais à manutenção dos sistemas de exploração e opressão e, na contrapartida dialética, à superação dessa condição de subalternidade em que se encontram as classes oprimidas na sociedade. Em sentido *gramsciano*, por imprensa compreende-se o espaço da “[...] organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica e ideológica” (GRAMSCI, 2001, p. 78).

Como força social que intervém na produção da hegemonia de classe e nas diferentes esferas da vida coletiva, uma das dimensões da imprensa é o seu papel educacional, seja como material pedagógico, seja como espaço da produção do saber. Assim, o objetivo deste artigo é desvelar as relações entre imprensa, sociedade e educação a partir da perspectiva da Educação Popular, buscando empreender uma análise que nos possibilite captar a complexidade dessa articulação e os processos de construção e constituição da vida social que advêm dessa relação.

O foco aqui não é voltado para a imprensa como material pedagógico em sala de aula, mas para o seu papel social, isto é, sua função como instrumento para a Educação política e formação intelectual das massas. Dessa forma, nossa pergunta central para este artigo se refere à imprensa como instrumento para a Educação Popular, tal como a discutimos nesta introdução. Como a imprensa se constitui força ativa dentro dos processos de Educação política e formação crítica da população? Para respondê-la, recorreremos a um referencial teórico composto por autores como Antonio Gramsci (2001), Paulo Freire (1981) e Vladimir Lênin (1988).

Também não se trata de fazermos um itinerário sobre o que seria um bom jornalismo ou um jornalismo educativo, ou ainda de reunirmos um conjunto de matérias com o intuito de apresentar um repertório de procedimentos práticos para a produção dos materiais jornalísticos para a Educação, e sim de refletirmos do ponto de vista teórico como a imprensa é entendida a partir dos autores supracitados como ferramenta de ação cultural para a liberdade, tal como preconizado na perspectiva *freireana*, com o escopo de elevar o nível cultural da população e fomentar o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca da realidade material experimentada.

Para a consecução da discussão proposta, a metodologia aplicada neste artigo é de caráter de revisão bibliográfica com abordagem qualitativa. Na pesquisa bibliográfica, o pesquisador faz um levantamento do conjunto de obras especializadas na área, sinalizando para as teorias já produzidas sobre o assunto, com base em levantamento de fontes secundárias, com destaque para autores seminais. Assim, seu objetivo “[...] é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema” (KÖCHE, 2011, p. 122).

Com a perspectiva de contribuir efetivamente ao debate, aplicamos a abordagem qualitativa, claramente direcionada para a compreensão dos significados que a Educação Popular assume quando em contato com a dinâmica da realidade objetiva, sem deixar de captar a complexidade histórica e sociocultural da intrínseca relação entre a sociedade e a imprensa.

Dos Desafios às Possibilidades: A Construção Histórica da Educação Popular

Convencionou-se, nos atuais meios de promoção da Educação Popular, associá-la ao campo de propostas para a transformação da sociedade, um modelo de Educação que reúne

em seu bojo um conjunto de práticas educacionais e sociais promotoras dos anseios das classes populares. Esta não se define somente pelas características socioeconômicas do seu público, mas sim pela sua perspectiva de atuar como movimento de tomada de consciência por parte dos populares no sentido de criar as condições necessárias ao desenvolvimento de um pensamento crítico com vistas à transformação efetiva das relações entre as classes sociais (FIGUEIREDO, 2009).

A perspectiva de construir formas alternativas de aprendizagem e práticas de intervenção com as classes populares coloca a Educação Popular como uma possibilidade real de modelo político de educação mais justo e democrático, no enfrentamento dos processos de marginalização e de exclusão das camadas periféricas da sociedade. Todavia, o que chamamos de Educação Popular neste trabalho, a partir do diálogo com o referencial teórico especializado, não se refere a um campo homogêneo, mas sim a um campo marcado por conflitos e disputas ideológicas entre as classes antagônicas, sob a égide do sistema capitalista, entre a classe trabalhadora e a burguesia.

Nesse sentido, suas possibilidades reais de consolidar um projeto educacional de fato popular dependem em grande medida da capacidade organizativa dos agentes de se articularem em suas organizações políticas e movimentos sociais em defesa dos interesses orgânicos de sua classe. Figueiredo (2009) buscará mostrar, a partir da observação histórica, que a Educação Popular, na condição de programa político de educação, constituiu-se no interior do conflito de caráter ideológico entre grupos políticos antagônicos, que buscam garantir a defesa de interesses totalmente opostos.

Partindo de uma análise mais geral entre Educação e sociedade, ele ressalta que a educação não consiste em um campo isolado, alheio às intervenções dos agentes históricos, ao contrário, ela é produto das ações dos indivíduos, reflete o movimento concreto da sociedade dividida em classes e, portanto, carrega para dentro de sua composição, por um lado, os fundamentos ideológicos das classes dominantes, que, detentoras do poder, tentam fazer desse campo um instrumento de manutenção das estruturas de dominação e são responsáveis pela institucionalização dos sistemas educativos como aparelho ideológico do Estado, por outro, os projetos alternativos empreendidos pelos grupos opositores, ligados às classes subalternizadas, que, organizados em suas lutas e movimentos sociais, buscam formas de resistência comprometidas com um verdadeiro projeto de educação para o campo popular (FIGUEIREDO, 2009).

Nesse conflito, partem na frente as classes dominantes, uma vez que estas ocupam o poder governamental, capazes de dirigir e de orientar os projetos para a educação e, dessa forma, conseguem impor institucionalmente, nos campos da educação e da cultura, suas ideias, valores e visões de mundo, imbricadas na própria noção de ensino e aprendizagem. Enquanto isso, as classes populares precisam criar espaços alternativos para disputar um projeto educacional que de fato atenda às suas necessidades. Assim:

A consolidação do poder político das classes dominantes depende e sempre dependeu de um movimento ideologizante forte onde se solidificam os valores necessários para, no nível das consciências, pintar a realidade com as cores necessárias à manutenção de uma situação de dominação e opressão. Dentro desse movimento, a Educação apresenta-se com um papel fundamental, na medida em que se torna a principal responsável pela transmissão desses valores na própria ideia de ensino e aprendizagem, com seus programas, conteúdos, metodologias e currículos intencionalmente alienadores da realidade social. (FIGUEIREDO, 2009, p. 63).

Na acepção que faz esse autor, a história do surgimento da educação como programa institucional acompanha a história do movimento vivo das lutas sociais, refletido nos processos de ensino e de aprendizagem. Obviamente que o projeto de Educação Popular também tem como pano de fundo o conflito social entre grupos antagônicos, e essa instrumentalização por parte das classes dominantes na concretização ideológica de seu poder dominante também não teria sido diferente.

A fim de garantir a reprodução de ideologias para essas camadas populares excluídas do ensino formal, o Estado, assim como outras organizações que ideologicamente representaram os interesses das classes dominantes, criaram diversos programas educacionais aos quais denominaram 'Educação Popular'. A existência desses programas – que em diversos momentos foram assumidos enquanto programas emergenciais – tem a sua razão de ser em uma dupla perspectiva político-ideológica do Estado: garantir a reprodução ideológica dos valores necessários à consolidação do poder das classes dominantes em um nível de consciência; responder às necessidades conjunturais do modelo econômico dominante, a fim de garantir, em um nível de desenvolvimento econômico, a sustentabilidade do modo de produção capitalista e a sua adequação às imposições do mercado nacional e internacional. (FIGUEIREDO, 2009, p. 65).

Nesse sentido, não basta apenas se apresentar como Educação Popular para que de fato se constitua um modelo de educação voltado às camadas populares. O popular, nesse caso, é justificável por seu público-alvo, “[...] aquelas massas populares economicamente desfavorecidas que, por conta das condições de miséria econômica da sociedade desigual em que vivem, são excluídas dos programas de Educação instituídos pelo ensino formal” (FIGUEIREDO, 2009, p. 63), e não necessariamente pelo objetivo de servir como

instrumento a uma mudança estrutural da sociedade que promova a emancipação dos seres humanos e justiça social às classes subalternizadas.

Com isso, não se quer dizer que não existam experiências históricas “[...] como contrapartida dialética à Educação Popular desenvolvida pelas classes dominantes”. Do outro lado da arena política, por meio de seus movimentos de luta e de resistência, as classes populares têm buscado empreender ações em direção à construção de um campo de poder popular. Mas, tal como preconizou Paulo Freire (1988), compreende-se que a consolidação real de uma prática educacional efetivamente transformadora depende da capacidade desse projeto de Educação Popular de possibilitar às classes populares conhecer a realidade em que se acham inseridas e sobre as quais elas atuam, além do sistema de forças que se esbarram e que bloqueiam suas possibilidades de atuação. Conhecer é fundamental para combater, na efetivação do enfrentamento e na construção de movimentos e instrumentos organizativos comprometidos com a radical transformação das estruturas de poder que oprimem e exploram a população. O conhecimento é, portanto, indissociável da intervenção prática sobre a realidade coletiva.

Paulo Freire desenvolveu uma perspectiva teórica e prática da Educação Popular, trazendo para o centro do seu debate a causa e a luta dos oprimidos. Para ele, a Educação Popular deve atuar no sentido de desvelar às classes populares a realidade de opressão em que estão inseridas e fornecer instrumentos para que coletivamente possam construir um novo projeto de sociedade, rumo à ação transformadora das estruturas sociais. A concepção *freireana* para educação foi bem apreendida pelas autoras Assumpção, Landgraf e Preturlan (2009, p. 81):

Paulo Freire defende uma concepção de Educação comprometida com os oprimidos e com sua libertação da realidade opressora em que estão inseridos. Para que isto seja possível, é fundamental a conscientização a respeito das condições sociais que causam e mantêm a opressão. A conscientização, segundo ele, não é apenas a tomada de consciência; representa um processo dialético em que ação-reflexão-ação se articulam para a emancipação dos sujeitos. Trata-se da realização da práxis transformadora por aqueles que, indignados com sua realidade, e esperançosos na mudança, se reconhecem como dignos e capazes de se assumirem como sujeitos corresponsáveis por um objetivo comum.

A posição que emerge como dominante na sociedade emerge também como se fosse produto de um consenso, nunca de um conflito, contudo códigos normativos não são produto de leis naturais e fixas, e sim produto da ação dos indivíduos em conjunto com os demais

membros de seus diferentes grupos sociais. É preciso que os sujeitos sejam capazes de captar a sociedade em seu movimento vivo e se percebam como agentes desse movimento.

É algo importante perceber que a realidade social é transformável; que feita pelos homens pode ser mudada; que não é algo intocável, um fado, uma sina, diante de que só houvesse um caminho: a acomodação a ela. É algo importante que a percepção ingênua da realidade vá cedendo seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se; que o fatalismo vá sendo substituído por uma crítica esperança que pode mover os indivíduos a uma cada vez mais concreta ação em favor da mudança radical da sociedade. (FREIRE, 1981, p. 33).

Essa transformação social, no entanto, não é alheia às transformações na própria percepção que os indivíduos carregam sobre o mundo. Nesse sentido, a prática educativa deve ser transformadora dos agentes para que possam ser capazes de transformar a própria educação. Poderá dizer-se que, na medida em que são ofertadas melhores condições educacionais aos sujeitos, maiores são as suas possibilidades de desenvolver a consciência crítica, de maneira a lhes possibilitar a compreensão da realidade em seu movimento vivo, ao mesmo tempo que estão na capacidade crítica e organizativa dos atores sociais as possibilidades de imporem seus projetos educacionais alternativos de mudança. Sobre o assunto, Figueiredo (2009, p. 60) afirma: “A relação entre Educação e sociedade é permeada, portanto, por um sentido dialético de interconexão ideológica entre os valores sociais pretendidos pelas classes sociais em conflito e as práticas educativas necessárias para a sedimentação desses valores”.

Com base nestas reflexões, compreende-se que a Educação Popular a serviço da construção de um campo para o poder popular é política, social, cultural e histórica. Ela ultrapassa os muros das salas de aula e os formatos convencionais de ensino para inserir-se nas associações de bairro, nos sindicatos, no interior dos partidos políticos e das organizações de trabalhadores. Suas potencialidades residem no questionamento e enfrentamento das formas hegemônicas de poder e, para tanto, dependem, pois, da ascensão de movimentos sociais comprometidos não com meras reformas e discursos que visam apartar os conflitos, mas com uma mudança estrutural real das formas de opressão e exploração impostas pelo sistema capitalista (FIGUEIREDO, 2009). E, nesse sentido, situam-se as possibilidades e os desafios de uma articulação cultural e educativa entre imprensa e Educação Popular para a formação política e intelectual dos trabalhadores.

Imprensa e Sociedade

Dentro de uma perspectiva dialética, a imprensa, ao mesmo tempo que atua na construção dos modos de vida e nas formas de interação e comportamento humanos, criando tendências, modelando visões imediatas e ações organizadas, estabelecendo papéis socioculturais, ditando valores e formando opiniões, também é produto da experimentação social e histórica, lugar da atuação humana, no interior do qual se articulam diferentes visões de mundo e projetos políticos, bem como se processam disputas e conflitos sociais. Análises como essas permitem iluminar “[...] o movimento dialético que há entre os produtos que os seres humanos criam ao transformarem o mundo e o condicionamento que estes produtos exercem sobre eles” (FREIRE, 1981, p. 40).

Como observam Cruz e Peixoto (2007), a imprensa é força ativa dentro da sociedade. Nas suas palavras:

Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe). (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

Ainda segundo a perspectiva dessas autoras, a imprensa é resultado das ações dos atores que a produzem, desde a confecção da matéria-prima até o conteúdo que vem a público, passando pela agenda política que prioriza todos esses elementos, indicam o seu movimento concreto e remetem aos grupos produtores que dirigem a publicação e alimentam as suas condições de produção (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Nesse sentido, é ingênuo acreditar que as classes dirigentes não se apropriem da imprensa, tendo em vista seu alcance na sociedade, em defesa dos seus próprios interesses, e, como afirmou Paulo Freire (1981, p. 34), “[...] em função destes (interesses) é que são admitidas certas mudanças, de caráter obviamente reformistas e, mesmo assim, com a devida cautela”.

O conteúdo de um jornal, a maneira como ele fala aos seus leitores e os objetivos que assume em relação às matérias que publica revelam muito acerca dos interesses de quem escreve e a intencionalidade de grupos específicos produtores, daí que não possa ser a imprensa um instrumento decisivamente neutro. É importante superar a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa, pois ela é marcada pela subjetividade humana (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Mascarar os seus posicionamentos, silenciar suas escolhas, disfarçá-la em suas técnicas e projetos não significa orientar-se por sua neutralidade, ao contrário, indica uma posição, que é política, daí também a importância de iluminar as suas escolhas editoriais, o conjunto de métodos e técnicas de que se apropria, elementos esses que, em última instância, definem a sua prática no bojo da sociedade, portanto, jamais abstratos.

Ao tratar de assuntos relacionados aos problemas enfrentados pela população, esses jornais que se dizem populares costumam focar no fato propriamente dito, por exemplo, nos casos de desabamentos de morros e casas populares em decorrência das fortes chuvas; são noticiadas exaustivamente as tragédias, a quantidade de desabrigados, as imagens das inundações, as perdas sofridas pelos moradores, dados que até podem compor o todo daquela situação, mas que isolados não são capazes de oferecer ao leitor uma leitura crítica sobre aquela realidade, uma vez que não conseguem ultrapassar a mera reprodução dos acontecimentos em direção a uma análise que os leve a questionar os fatores implícitos à questão, tais como o problema da moradia e a favelização no Brasil, decorrentes da ausência de políticas públicas voltadas à garantia de condições dignas de habitação, da configuração excludente dos grandes centros urbanos do país, dos aspectos históricos das ocupações irregulares nos morros.

O objetivo desses veículos é, na maior parte das vezes, o de acionar emoções, causar sensações e prender a atenção do público, e não o de informar com qualidade, politizar criticamente ou contribuir para a formação intelectual do leitor. “Ou seja, os leitores encontram apenas o balcão de reclamações, raramente a discussão sobre as políticas públicas” (AMARAL, 2006, p. 7).

Fato semelhante acontece em datas consideradas históricas. Numa matéria sobre o 1º de maio, por exemplo, em que se enfatiza o caráter comemorativo daquela data sem sequer mencionar a natureza do conflito de que resultou esta celebração, tem-se o esvaziamento dos significados sociopolíticos do Dia do Trabalhador, dia esse marcado pelas lutas da classe trabalhadora (FREIRE, 1981). Noticiários do tipo, focados no espetáculo, na ridicularização e na miséria alheia, ou descomprometidos com a contextualização histórica dos acontecimentos, são amplamente veiculados em detrimento do conteúdo politizado e educativo, afastando-se de qualquer função social que a imprensa deva cumprir. Ao trazer para o interior de suas páginas os dramas que assolam a população, esses jornais buscam soluções imediatas e evitam propor mudanças estruturais mais amplas, dando uma conotação personalista a problemas sociais coletivos.

São veículos que geralmente obedecem a uma lógica comercial e mercadológica e, portanto, atuam em prol de interesses privados em detrimento dos interesses coletivos, movidos pela manutenção das estruturas de poder da sociedade, daí por que em suas páginas não há espaço para a reflexão crítica e criativa, tampouco para a atividade comunicativa, apenas para a percepção distorcida da realidade, como se ela fosse linear, estática e determinada.

A escolha pelo título de popular é justificável na medida em que atingem o público-alvo, pessoas de baixa renda e de pouco poder aquisitivo; os jornais também costumam ser de preço acessível, com um número de páginas reduzido. Entretanto, como destaca Amaral (2007, p. 10), nem todo jornalismo que se diz popular é contra-hegemônico, mas “[...] apenas um tipo de imprensa que se define pela sua proximidade e empatia com o público-alvo, por intermédio de algumas mudanças de pontos de vista, pelo tipo de serviço que presta e pela sua conexão com o local e o imediato”. Uma imprensa com essa finalidade não é capaz de funcionar como instrumento para a Educação Popular, pois serve somente para apartar conflitos, ocultar as contradições, criar falsos consensos, desviar o leitor das questões que realmente interessam e servem ao seu desenvolvimento sociocultural.

Obviamente que os jornais populares devem se utilizar de uma linguagem simples, pragmática e utilitária, pois seu público-alvo em grande parte pertence às camadas mais empobrecidas da sociedade, não tem acesso a um quadro mais amplo de referência cultural e, muitas vezes, possui baixo grau de escolarização. A noção de temas ligados ao cotidiano da classe trabalhadora também é importante nesse tipo de produção.

Todavia, a forma como esses assuntos serão abordados e transmitidos ao leitor varia de acordo com o projeto editorial de cada veículo, no interior do qual se articula sua correlação de forças e emergem posicionamentos políticos e alinhamentos sociais. Disso também depende a superficialidade ou profundidade com que temas relativos aos problemas sociais serão abordados pelos meios midiáticos, bem como se o objetivo de determinado jornal é o de informar a população, de maneira a oferecer recursos intelectuais e pedagógicos para a compreensão crítica da realidade e para a ação organizada visando à sua transformação, ou se, por outro lado, apenas busca reproduzir os fatos como se eles fossem alheios à intervenção coletiva e, portanto, não passíveis de mudanças estruturais.

No segundo caso especificamente, esse tipo de jornalismo, por um lado, limita a população a um conhecimento pobre acerca da realidade cotidiana, por outro, induz e

garante “[...] a reprodução ideológica dos valores necessários à consolidação do poder das classes dominantes em um nível de consciência” (FIGUEIREDO, 2009, p. 64).

Nesse sentido, é necessário problematizar as articulações mais amplas da imprensa com o movimento geral da sociedade, tecendo os fios que remetem à produção dos diversos materiais jornalísticos, revistas e outros veículos, à dinâmica do campo das lutas sociais. “Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257). Como força social que intervém na produção da hegemonia de classe e nas diferentes esferas da vida coletiva, uma das dimensões da imprensa é o seu papel educacional, seja como material pedagógico, seja como espaço para a formação educativo-política e intelectual.

A Imprensa e a Formação Educativa dos Trabalhadores

Muitos indivíduos, logo quando jovens, em decorrência das condições materiais de vida escassas, veem-se obrigados a terem de escolher entre sair muito cedo para trabalhar e garantir a sua sobrevivência e da sua família, ou dedicar-se integralmente aos estudos. Diante da realidade desfavorável aos processos formais de escolarização, as organizações e movimentos populares devem investir esforços na construção de formas alternativas de aprendizagem e de formação cultural e intelectual dos trabalhadores.

Para Lênin (1988), que viveu em uma época em que a imprensa era o principal meio de comunicação, jornais e revistas constituiriam um desses espaços centrais de formação política e ideológica da classe trabalhadora, atuando no sentido de difundir a teoria socialista e desvelando a complexidade da realidade vivenciada, articulando a crítica filosófica à crítica política para a ação organizada, isto é, a unidade dialética entre a teoria e a prática. A imprensa, dessa maneira, não seria somente o meio de instrução política, mas, decisivamente, “[...] o espaço da própria materialidade política” (FERREIRA, 2019, p. 14).

No entender de Lênin (1988), o jornal do partido caracterizava-se pelas funções de agitação e propaganda. A agitação era voltada ao trabalho de massas e deveria mantê-las informadas e esclarecidas, através de uma linguagem simples e objetiva, focando temas relativos ao cotidiano da população por meio de uma leitura crítica da sua realidade, enquanto que a propaganda era direcionada à formação teórica dos trabalhadores, através de uma elaboração crítica e sistemática dos conceitos marxistas, políticos, filosóficos e científicos,

utilizando-se igualmente de uma linguagem acessível, de maneira que o leitor-alvo pudesse captar o seu tratamento prático, isto é, “[...] corresponder a exigências realmente sentidas e ser, quanto à forma de exposição, adequado à média dos leitores” (GRAMSCI, 2001, p. 202).

Portanto, uma imprensa, em sentido leninista, deve caminhar em consonância com a dinâmica do movimento concreto da realidade social e em relação às lutas da classe trabalhadora. As análises de Lênin (1988) contribuem para uma concepção educativa da imprensa, compreendendo-a como um organizador coletivo das massas proletárias e um dirigente ideológico, um instrumento cultural de educação política da classe trabalhadora, por meio do qual a classe se organizaria em torno de um projeto político de transformação da sociedade.

Ainda no campo da teoria comunista, o conceito de hegemonia em Gramsci constitui o ponto de partida que nos ajuda a desvelar os consensos e dissensos que perpassam e orientam a materialização simbólica da imprensa, atuando na conformação de um imaginário social e no interior do campo de disputas das lutas sociais pelo poder, que refletem os processos educativos e de aprendizagem. Segundo Moraes (2010), na visão de Gramsci, a hegemonia pressupõe a consolidação político-ideológica e a liderança cultural de uma classe ou bloco de classes sobre as demais. É quando uma classe, no caso a classe dominante, a burguesia, consegue impor sobre a outra, a classe trabalhadora, seu projeto político, econômico e cultural de sociedade, conquistando a conformação das classes subalternizadas, que aceitam e tomam para si os interesses da classe dominante como se esses fossem de fato os seus próprios interesses.

Ainda de acordo com Moraes (2010, p. 55):

Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se.

Não é apenas através do uso da força, da repressão e do autoritarismo que uma classe consegue consolidar sua influência ideológica e impor sua hegemonia, mas por meio da criação de falsos consensos sociais. Portanto, a hegemonia não deve ser apreendida somente nos limites da coerção simples e pura, mas a partir de um conjunto de valores morais e éticos, normas culturais e regras de comportamento construídos pelas classes dominantes e que servem à manutenção do seu poder. Importa um intenso trabalho de reforma moral e cultural e

de inculcação das ideias, de maneira a manter as mentalidades presas a concepções de mundo opressoras e alienadoras (MORAES, 2010).

Assim, a complexidade da relação dialética entre o político, o cultural e o econômico levou Gramsci a distinguir, no âmbito das esferas superestruturais, a sociedade política de sociedade civil, que se diferenciam pelas funções que cumprem na organização da vida cotidiana e na articulação das relações de poder sob as quais se estrutura a sociedade (BRAVO; OLIVEIRA, 2014).

Enquanto que a primeira “[...] se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à aplicação das leis”, sendo seus portadores materiais os aparelhos repressivos do Estado, a segunda incorpora “[...] o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo” (MORAES, 2010, p. 57), operando os aparelhos privados de hegemonia, “[...] isto é, organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, que desejam somar consensos e consentimentos em torno de suas proposições” (MORAES, 2010, p. 59).

Nesse sentido, situa-se que a cultura e a educação funcionam como instrumentos ideológicos de dominação. É na “[...] organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” que se insere a imprensa, “[...] como a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única”, pois “[...] tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura” (GRAMSCI, 2001, p. 78). Dessa maneira, Gramsci (2001) insiste na posição de que a superestrutura e a estrutura se determinam dialeticamente, não podendo limitar os processos revolucionários a uma luta restrita às esferas econômicas e políticas, pois a dimensão cultural exerce papel tão importante quanto.

Do ponto de vista educacional, Gramsci (2001) não separa a educação da realidade vivida dentro e fora das relações de produção, isto é, dentro e fora do universo das fábricas. Para ele, até mesmo os assuntos mais abstratos deveriam ser apreendidos em contato com a realidade histórica dos sujeitos sociais, nesse sentido, defende um projeto de “escola unitária”, promotora de uma educação representante dos interesses dos trabalhadores e pautada na união entre teoria e prática (REIS, 2020, p. 62).

Uma educação popular deveria formar cidadãos críticos e conscientes da sua condição de classe. A imprensa foi um dos espaços defendidos por Gramsci (2005) como instrumento para a formação educacional e organização política da classe trabalhadora, devendo constituir

um elemento central para suas organizações e movimentos de luta. Quanto a isso, estava fortemente vinculado às ideias leninistas. A esse respeito, Reis (2020, p. 61) ressalta:

As revistas e os jornais da imprensa socialista deveriam ter essa preocupação. Eles eram um instrumento de promoção dos conteúdos ligados ao universo dos trabalhadores. Os artigos deveriam expor e debater aquilo que as escolas, marcadas pelos interesses das classes dominantes, não expunham. Filosofia, artes, ciência, economia, cultura, literatura, política, religião são alguns dos temas que deveriam ser abordados levando em conta os interesses dos explorados. Para tanto, o vínculo orgânico com a vida dos próprios trabalhadores era indispensável. Conhecer concretamente a realidade dos oprimidos era um dever moral dos dirigentes.

Se a classe dominante se apropria da imprensa para propagar sua ideologia e consolidar a hegemonia, os trabalhadores, na contrapartida, podem e devem se utilizar da imprensa como instrumento dirigente para a formação crítica, política e ideológica de sua classe. No entender de Gramsci (2005), qualquer vitória duradoura do movimento operário dependeria da sua vitória não somente no campo econômico, mas igualmente no plano das ideias, na construção de uma nova ordem moral e intelectual (MORAES, 2010).

No artigo “Jornais e operários”, publicado no ano de 1916, Gramsci já relatava o papel preponderante da imprensa no campo das disputas sociais. Ele ressalta a necessidade de que os trabalhadores tenham o seu próprio veículo voltado para os interesses orgânicos de sua classe, uma vez que os convida a parar de consumir o que era produzido pela imprensa tradicional.

Tudo o que se pública é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para o subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. E a classe trabalhadora paga, pontualmente, generosamente. Centenas de milhares de operários contribuem regularmente todos os dias com seu dinheiro para o jornal burguês, aumentando a sua potência. Por quê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem no elétrico ou na rua, com a folha burguesa desdobrada à sua frente, ouvirão esta resposta: É porque tenho necessidade de saber o que há de novo. E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido. E, no entanto, ele sabe que tal jornal é conservador, que outro é interesseiro, que o terceiro, o quarto e o quinto estão ligados a grupos políticos que têm interesses diametralmente opostos aos seus. Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês, os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores. (GRAMSCI, 2005, s.p.).

Para Gramsci (2005), o trabalho teórico educativo-formativo a ser desenvolvido pela imprensa proletária, com vistas à promoção da consciência crítica da população, teria de atuar no sentido de informar os trabalhadores sobre os acontecimentos de seu interesse, denunciar as mentiras divulgadas nos jornais burgueses, iluminá-los a respeito dos seus direitos, das suas lutas; ao lado desse conteúdo mais noticioso, oferecer também espaços de análises conjunturais e outros ainda com resumos de obras literárias, filmes e demais formas de expressões culturais. Portanto, “[...] não se tratava de limitar-se à simples enunciação teórica de princípios ‘claros’ de método”, mas à “[...] adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais, sua apresentação e reapresentação em todos os seus aspectos positivos e em suas negações tradicionais, situando sempre cada aspecto parcial na totalidade” (GRAMSCI, 2001, p. 206).

Um jornal popular, no entender de Gramsci (2001, p. 211), mais do que qualquer outro, não poderia negligenciar a informação científica, “[...] a fim de controlar e dirigir a cultura de seus leitores”. É preciso escrever popularmente, por meio de uma linguagem pedagógica, o que não significa escrever de modo superficial e sem criticidade, abdicando-se da teoria e da cientificidade necessárias ao desenvolvimento intelectual do trabalhador.

O leitor comum não tem, e não pode ter, um hábito ‘científico’, que só se adquire com o trabalho especializado: por isso, deve ser ajudado a assimilar pelo menos o ‘sentido’ deste hábito, através de uma atividade crítica oportuna. Não basta fornecer-lhe conceitos já elaborados e fixados em sua expressão ‘definitiva’; a concreticidade de tais conceitos, que reside no processo que levou àquela afirmação, escapa ao leitor comum: deve-se, por isso, oferecer-lhe toda a série dos raciocínios e das conexões intermediárias, de modo bastante detalhado e não apenas por indicações. (GRAMSCI, 2001, p. 202).

Observa-se que a imprensa, na perspectiva *gramsciana*, não é um aporte destituído de princípios metodológicos; ela deve combinar sistematicamente o estudo e a crítica, a teoria e a ação, devendo se colocar no próprio campo da vida prática.

O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: deve haver dedução e indução combinadas, a lógica formal e a dialética, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho. Mas não de modo abstrato, e sim concreto, com base no real e na experiência efetiva. (GRAMSCI, 2001, p. 206).

Os pressupostos teóricos preconizados por Lênin e Gramsci, embora situados em contextos históricos determinados e compreendidos primordialmente no campo político-partidário, não deixam de tocar no ponto muito caro à formação da sociedade, que é a educação, nesse caso, a educação popular das massas organizadas em seus movimentos de

luta pela transformação das estruturas sociais, isto é, o que está em discussão aqui é a dimensão política, o alcance cultural e a função social e educativa da imprensa.

Levar essa perspectiva para os processos de escolarização nos parece fundamental, sobretudo na era da informação, das mídias e dos meios digitais, apropriando-se desses recursos não apenas como aporte pedagógico, mas como instrumentos para a prática educativa e formação intelectual dos estudantes. Dessa maneira, mesmo os materiais jornalísticos que se dizem populares, mas não são, podem e devem ser problematizados no sentido de proporcionar uma compreensão crítica do papel que a imprensa exerce na conformação de ideias. Além disso, a produção de material impresso e panfletário, constantemente revisado e atualizado, compatível com o contexto de escolarização e com a realidade dos alunos e coerente com os objetivos da Educação Popular, pode possibilitar novas formas de aprendizagem realmente facilitadoras do processo de construção de um conhecimento plural, diversificado e ativo.

É bem verdade que na era da globalização, em que os sujeitos consomem cotidianamente quantidade crescente de informação, com velocidade e dinâmica bastante intensas, aplicando-a em todos os setores de suas vidas, parar e observar o que se consome intelectualmente e de que forma se está consumindo determinado conteúdo é fundamental para a prática da autonomia do cidadão, muito embora esse nem sempre seja um dos exercícios mais fáceis, pois parte de um processo reflexivo para o qual raramente somos preparados ao longo de nossas experiências educativas, sejam elas institucionais ou não.

Seguindo uma linha argumentativa parecida com a de Bévort e Belloni (2009), quando essas autoras tratam especificamente das mídias digitais, acreditamos que a cidadania pressupõe a apropriação crítica e criativa da imprensa. Quer dizer, a democratização da informação não se encerra no acesso aos veículos televisivos ou materiais jornalísticos a preços acessíveis, sendo indispensável propiciar às crianças, jovens, adultos e idosos as ferramentas necessárias à compreensão crítica do conteúdo jornalístico.

A Educação Popular tal como a entendemos em sua função social deve ser capaz de formar cidadãos críticos e conscientes da sua condição de classe, dessa maneira, cabe a ela não só oferecer o suporte metodológico necessário à apreensão crítica da imprensa, como contrapartida dialética ao uso recorrente desse material pelas classes dominantes, como também emancipar as classes populares para que, paralelamente, por meio de suas organizações políticas, movimentos de resistência e prática educativa, sejam capazes de

construir seu próprio plano para uma imprensa alternativa e de fato popular, no sentido de ter como finalidade direta a defesa dos interesses orgânicos das classes subalternizadas.

Essas características evidenciam as potencialidades da imprensa como instrumento para a Educação Popular, bem como para a formação intelectual e cultural do trabalhador, para o seu engajamento consciente e para a expansão da sua dimensão cultural. Obviamente que isso implica um processo de desenvolvimento da consciência crítica por parte do educador, que é trabalhador, a quem compete desenvolver estratégias de ensino e de aprendizagem que levem em consideração o papel da imprensa como dirigente político e instrumento educativo-formativo.

Considerações Finais

O sujeito histórico se orienta no mundo subjetiva e objetivamente. Ele é sujeito individual, mas também ser coletivo; ao mesmo tempo que se constrói socialmente, também atribui sentidos à sua própria existência e ao mundo à sua volta. Os seres humanos possuem singularidades históricas, fazem escolhas, movem-se, são capazes de decidir e de optar, porém, não fazem isso sem interferências exteriores à sua individualidade, em que seus elementos são construídos e condicionados socialmente, entretanto, não de maneira mecanicista. Assim, a forma como os indivíduos se orienta no mundo só pode ser aprendida na relação dialética entre subjetividade e objetividade.

Nesse sentido, em toda produção humana há uma certa visão de mundo, ainda que de modo consciente ou não, pois nenhum indivíduo é um ser completamente vazio, pronto para ser preenchido automaticamente sem qualquer mediação com a sua realidade experimentada. Ao se posicionar no mundo, o sujeito parte de um determinado lugar social e exprime não apenas um posicionamento pessoal, mas também um posicionamento como ser coletivo, inserido em condições materiais concretas. Partindo disso, entende-se que também não é um ato vazio e destituído de sentidos a produção da imprensa, produto da ação dos agentes sociais que a realizam.

A imprensa, com sua função social e educativa, trabalha no sentido de desvelar a realidade em toda sua complexidade, investindo esforços críticos. Em lugar de apenas reproduzir e transmitir os acontecimentos e de mitificar a realidade, inclinando-se a apresentar soluções apressadas e meramente assistencialistas, sua tendência é de explorar os fatos, de

maneira que nela haja o espaço para o desenvolvimento crítico e criativo do pensamento humano.

Se esses esforços não interessam à imprensa aliada da ideologia dominante, eles devem ser uma preocupação permanente da imprensa que se propõe contra-hegemônica, comprometida com os processos educativos e com a ação emancipadora dos seres humanos. Dentro dessa perspectiva, ao abordarmos neste texto sobre a imprensa como instrumento para a educação, referir-nos a todo momento à imprensa como espaço de conflitos e de lutas, daí que nos imponha compreendê-la em sua complexidade não é simplesmente caracterizá-la, mas percebê-la em seus movimentos constitutivos e construtivos dos processos sociais.

Assumir tal perspectiva para a imprensa, como instrumento para a educação que ela é, também é compreender que o processo educacional ultrapassa os muros das salas de aula convencionais para inserir-se nas redações, nos movimentos sociais, nas organizações políticas, junto às demandas do povo e das periferias das cidades, no campo das lutas da classe trabalhadora.

Referências

AMARAL, Márcia Franz. Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular?. *In*: INTERCOM, 29., 2006, Brasília, DF. **Anais eletrônicos** [...]. Brasília, DF: UnB, 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/63557889706955819390718237293726753880.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

ASSUMPCÃO, Raiane; LANDGRAF, Flávia Landucci; PRETURLAN, Renata Barreto. Leitura de mundo na perspectiva freiriana: desafios contemporâneos da Educação Popular. *In*: ASSUMPCÃO, Raiane (org.). **Educação Popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. p. 75-92. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/88/1/FPF_PTPF_12_066.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, 2009.

BRAVO, Guilherme Pigozzi; OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. O Partido Midiático: imprensa e construção da hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO, 6., 2014, São Paulo. **Anais eletrônico** [...]. São Paulo: Unesp, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/home/eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/o_partido_guilherme.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 35, p. 253-270, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 8 maio 2021.

FERREIRA, Alane Sousa. **Mulheres vermelhas**: a atuação das militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) no jornal *Momento Feminino* (1947-1950). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FIGUEIREDO, Daniel Augusto de. História da Educação Popular: uma leitura crítica. In: ASSUMPCÃO, Raiane (org.). **Educação Popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Paulo Freire, 2009. p. 55-74. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/88/1/fpf_ptpf_12_066.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais. O princípio educativo.

Jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/1521/arquivos/1349631_antonio_gramsci___cadernos_do_carcere___vol_II.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 20 abr. 2021.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Disponível em: http://www.adm.ufrpe.br/sites/ww4.deinfo.ufrpe.br/files/fundamentos_de_metodologia_cienti%cc%81fica.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

LÊNIN, Vladimir. **Que fazer?**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420/0>. Acesso em: 25 abr. 2021.

REIS, Claudio. O Marxismo e a Educação Popular. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, v. 7, n. 12, p. 54-75, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/34805/portugu%c3%aas>. Acesso em: 19 abr. 2021.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

OLIVEIRA, Gilson de Sousa; BERSAN, Ricardo Resende. Imprensa, Educação e Sociedade: Diálogos a partir da Perspectiva da Educação Popular. *Id on Line Rev. Psic.*, Maio/2022, vol.16, n.60, p. 735-753, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 12/04/2022;

Aceito 20/04/2022;

Publicado em: 30/05/2022.